



BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.

Avenida Jornalista Roberto Marinho nº 85 - São Paulo - SP
C.N.P.J. nº 03.215.790/0001-10

BANCO TOYOTA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados clientes e acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas, do Banco Toyota do Brasil S.A. (Banco), relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN). Colocamo-nos ao inteiro dispor para os esclarecimentos julgados necessários. **Operação:** O Banco Toyota do Brasil foi originalmente constituído no ano de 1999 com o objetivo de viabilizar a compra de veículos aos clientes da Toyota do Brasil e tem como um de seus principais compromissos apoiar as iniciativas da montadora da marca, oferecendo mecanismos de crédito à Rede de Distribuidores Toyota, que possibilitam a formação de seus estoques, além de fomentar a comercialização dos seus estoques de veículos novos e seminovos. Desde o segundo semestre de 2021, em linha com os objetivos de negócios do grupo, o Banco iniciou as atividades da Toyota Administradora de Consórcios do Brasil Ltda. (Administradora), ofertando o Consórcio Toyota, um produto diferenciado no mercado, com condições e benefícios únicos. No segundo semestre de 2022, buscando aumentar o mix de produtos e serviços oferecidos aos clientes da marca, o Banco constituiu a Toyota Corretora de Seguros do Brasil Ltda. afim de oferecer produtos e serviços personalizados para cada cliente, conforme suas necessidades, por meio de uma

forte parceria com as principais seguradoras do mercado. **Desempenho:** Em 31 de dezembro de 2023, o Banco encerrou o exercício com uma carteira de crédito e arrendamento mercantil no montante de R\$ 10.226 milhões (R\$ 8.738 milhões em 31 de dezembro de 2022). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as operações de crédito e arrendamento mercantil geraram receitas totais no montante de R\$ 1.798 milhões (R\$ 1.357 milhões em 2022). No exercício de 2023 o Banco apurou um lucro líquido de R\$ 55.789 mil (R\$ 40.069 em 2022). Tais números estão compostos pelos resultados incorridos com as operações de crédito, captações e demais despesas atreladas ao negócio do Banco, complementados pelos efeitos temporários da marcação a mercado da carteira de derivativos utilizada para a cobertura do risco de mercado. Os efeitos da marcação a mercado são considerados temporários, uma vez que a valorização dos derivativos é impactada por taxas de juros do mercado futuro e não, necessariamente os valores de liquidação destas operações. Excluindo-se os efeitos da marcação a mercado destas operações, em 2023, o Banco apurou lucro de R\$ 152.682 mil (R\$ 89.653 mil em 2022). Em 31 de dezembro de 2023 o Banco apresentou um patrimônio líquido no montante de R\$ 1.263 milhões (R\$ 1.115 milhões em 31 de dezembro de 2022), considerando os lucros apurados após a exclusão dos impactos da marcação a mercado, o Banco apurou uma rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio (ROE anualizado) de 13,19% em 31 de dezembro de 2023

(8,03% em 31 de dezembro de 2022). Em 31 de dezembro de 2023, o índice de Basileia apurado foi de 12,98% (13,35% em 31 de dezembro de 2022). **Rating do Banco:** Em 29 de março de 2023 a S&P Global Ratings divulgou a permanência do rating de crédito de emissor em 'brAAA' atribuído na Escala Nacional Brasil. **Governança Corporativa:** O Banco possui uma estrutura interna de compliance e auditoria interna que alinhado às melhores práticas de governança corporativa, norteia um ambiente operacional baseado em um conjunto de normas e procedimentos que asseguram o cumprimento das determinações legais e regulamentares bem como as políticas internas do Banco. **Ouvidoria:** A Ouvidoria do Banco tem por atribuição assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor, encaminhando à administração as reclamações e sugestões prestadas pelos clientes, sobre seus produtos e serviços. A Ouvidoria atende de segunda a sexta, das 9h às 18h, pelo telefone 0800 7725877. **Agradecimentos:** Agradecemos a nossos clientes, acionistas e à rede de concessionárias pela confiança e credibilidade, e em especial aos nossos colaboradores, pela dedicação e empenho que possibilitaram o desenvolvimento de nossos serviços.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024
A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais)

	Referência	31/12/2023	31/12/2022		Referência	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO				PASSIVO			
Disponibilidades	Nota 2.II.b	70	237	Depósitos e outros passivos financeiros		10.278.308	8.632.558
Instrumentos financeiros		11.363.975	10.080.625	Depósitos a prazo e interfinanceiros	Nota 9a	2.865.678	1.679.840
Aplicações interfinanceiras de liquidez	Nota 3	1.106.738	1.058.923	Letras financeiras	Nota 9b	4.473.996	3.261.346
Derivativos	Nota 4	22.560	263.699	Empréstimos no exterior	Nota 9c	2.486.589	3.346.983
Operações de crédito - setor privado	Nota 5a	10.222.820	8.730.286	Derivativos	Nota 4	326.393	237.196
Valor presente das operações de arrendamento mercantil	Nota 5b	2.930	7.646	Outros passivos financeiros	Nota 10c	125.652	107.193
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	Nota 5a	(245.413)	(214.152)	Passivos fiscais correntes e diferidos		11.376	118.326
Outros ativos financeiros	Nota 6	254.340	234.223	Obrigações fiscais correntes	Nota 10a	11.266	85.178
Ativos fiscais correntes e diferidos		343.943	335.591	Obrigações fiscais diferidas	Nota 7	110	33.148
Ativos fiscais correntes		48.147	1.062	Contingências	Nota 10b	279.153	633.920
Ativos fiscais diferidos	Nota 7	295.796	334.529				
Outros valores e bens	Nota 2f	85.110	56.962	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 12	1.263.075	1.114.842
Outros valores e bens		77.033	44.183	Capital social		686.261	555.751
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos		(3.486)	(1.684)	De domiciliados no exterior		686.261	555.751
Despesas antecipadas	Nota 2f	11.563	14.463	Reservas de lucros		576.814	559.091
Investimentos		30.093	13.955				
Participações em controladas no país	Nota 8	29.961	13.823	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.831.912	10.499.646
Outros investimentos		132	132				
Imobilizado de uso	Nota 2h	5.785	7.125				
Outras imobilizações de uso		21.342	27.237				
Depreciações acumuladas		(15.557)	(20.112)				
Intangível	Nota 2h	2.936	5.151				
Ativos intangíveis		16.412	18.996				
Amortizações acumuladas		(13.476)	(13.845)				
TOTAL DO ATIVO		11.831.912	10.499.646				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

	Referência	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Receitas da intermediação financeira	Nota 13a	1.032.588	1.936.810	1.469.070
Despesas da intermediação financeira	Nota 13b	(557.021)	(685.445)	(383.518)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	Nota 13c	(75.210)	(124.845)	(128.378)
Resultado com derivativos	Nota 13d	(40.010)	(578.266)	(437.595)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		360.347	548.254	519.579
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(236.356)	(468.732)	(449.227)
Receitas de tarifas bancárias	Nota 2.II.a	41.640	69.717	57.878
Despesas de pessoal		(47.516)	(93.557)	(78.375)
Outras despesas administrativas	Nota 14	(131.543)	(241.431)	(206.981)
Comissões pagas às concessionárias Toyota	Nota 2.II.a	(116.173)	(209.042)	(209.272)
Resultado de equivalência patrimonial	Nota 8	11.012	16.138	(2.987)
Despesas tributárias		(31.026)	(70.461)	(72.069)
Outras receitas operacionais	Nota 15a	74.205	131.625	120.403
Outras despesas operacionais	Nota 15b	(36.955)	(71.721)	(57.824)
RESULTADO OPERACIONAL		123.991	79.522	70.352
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	Nota 2g	(22.439)	(31.118)	(9.626)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		101.552	48.404	60.726
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	Nota 7b	(33.163)	7.385	(20.657)
Provisão para imposto de renda corrente		46.151	7.968	(73.663)
Provisão para contribuição social corrente		35.933	5.111	(62.817)
Ativo/(Passivo) fiscal diferido		(115.247)	(5.694)	115.823
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	Nota 19c	68.389	55.789	40.069
LUCRO POR AÇÃO SEMESTRE/EXERCÍCIO	Nota 12	0,20	0,17	0,13

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	68.389	55.789	40.069
Ajustes ao lucro líquido:			
Constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	75.210	124.845	128.378
Impostos correntes	(62.230)	44.491	127.706
Impostos diferidos	115.247	5.694	(115.823)
Resultado de equivalência patrimonial	(11.012)	(16.138)	2.987
Depreciações e amortizações	3.979	8.638	11.805
Insuficiência de depreciação	1.007	333	(1.097)
Provisão para contingências	13.219	52.389	62.249
Despesas pagas antecipadamente	12.007	25.126	27.582
Resultado de marcação a mercado (MTM)	8.219	176.168	90.153
Constituição/(Reversão) de provisões para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros	(12.631)	(10.934)	135
Lucro líquido ajustado	211.404	466.401	374.144
(Aumento) em operações de crédito	(1.244.649)	(1.586.118)	(1.818.534)
Redução em operações de arrendamento mercantil	11.352	12.898	15.475
(Aumento) de outros valores e bens	(3)	(32.850)	(12.654)
(Aumento) em outros ativos financeiros	(10.111)	(20.117)	(18.189)
(Aumento) Impostos a compensar	(35.368)	(47.085)	(158)
(Aumento) em despesas antecipadas	(12.965)	(22.226)	(24.359)
(Aumento) (Redução) em outros passivos financeiros	8.822	18.459	37.881
Aumento (Redução) em depósitos	606.696	1.185.838	785.315
Aumento (Redução) em letras de crédito imobiliário e financeiras	1.301.391	1.212.650	337.012
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos	(660.993)	(955.433)	490.066
Aumento em instrumentos financeiros derivativos	(21.369)	249.207	129.319
Contingências pagas	(407.156)	(407.156)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.682)	(118.403)	(127.706)
Caixa líquido (utilizado)/gerado nas atividades operacionais	(264.631)	(43.935)	167.612
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de investimento	-	-	(3.500)
Alienação de imobilizado de uso	865	928	1.801
Alienação de intangível	369	369	-
Aumento do ativo intangível	-	(15)	-
Aquisição de imobilizado de uso	(1.610)	(2.143)	(1.839)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(376)	(861)	(3.538)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	(38.066)	(167.877)
Aumento de capital	130.510	130.510	-
Caixa líquido (utilizado)/gerado nas atividades de financiamentos	130.510	92.444	(167.877)
AUMENTO/(REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(134.497)	47.648	(3.803)
MODIFICAÇÕES EM DISPONIBILIDADES, LÍQUIDAS:			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	1.241.305	1.059.160	1.062.963
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	1.106.808	1.106.808	1.059.160
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(134.497)	47.648	(3.803)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros Legal	Outras	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	555.751	68.073	618.826	-	1.242.650
Lucro líquido do exercício	-	-	-	40.069	40.069
Distribuição de dividendos (Nota 12)	-	-	(167.877)	-	(167.877)
Destinação:					
Reserva de lucros	-	-	38.066	(38.066)	-
Reserva legal	-	2.003	-	(2.003)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	555.751	70.076	489.015	-	1.114.842
Aumento de capital (Nota 12)	130.510	-	-	-	130.510
Lucro líquido do exercício	-	-	-	55.789	55.789
Distribuição de dividendos (Nota 12)	-	-	(38.066)	-	(38.066)
Destinação:					
Reserva de lucros	-	-	52.999	(52.999)	-
Reserva legal	-	2.790	-	(2.790)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	686.261	72.866	503.948	-	1.263.075
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023	555.751	70.076	450.949	(12.600)	1.064.176
Aumento de capital (Nota 12)	130.510	-	-	-	130.510
Lucro líquido do semestre	-	-	-	68.389	68.389
Destinação:					
Reserva legal	-	2.790	-	(2.790)	-
Reserva de lucros	-	-	52.999	(52.999)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	686.261	72.866	503.948	-	1.263.075

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Toyota do Brasil S.A. (Banco) é uma companhia de capital fechado, constituída e existente segundo as leis brasileiras, está localizada na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 3º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. O Banco opera como banco múltiplo com carteiras de investimento e financiamento. O objetivo do Banco é a realização de operações de financiamento, principalmente de veículos da marca Toyota. O Banco é controlado pela Toyota Financial Services International Corporation (TFSIC), uma empresa financeira situada nos Estados Unidos que detém 100%, exceto uma, de suas ações ordinárias e que é controlada pela Toyota Financial Services Corporation (TFSC), uma empresa financeira situada no Japão que detém 100% das ações ordinárias da TFSIC. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradas no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Banco Toyota do Brasil S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre estas instituições, e os custos da estrutura operacional e administrativa, são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

1. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com observância das disposições emanadas da Lei da Sociedade por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As operações de arrendamento mercantil são apresentadas no Balanço Patrimonial pelo seu valor presente, calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2024. **II. Principais políticas contábeis - a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata temporis* para aquelas de natureza financeira. As operações com taxas pré-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados. As operações de arrendamento mercantil são apuradas pelo regime de competência e segundo a Portaria MF nº 140/84, que considera: (i) as receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no período, (ii) o ajuste ao valor presente das operações de arrendamento mercantil e (iii) os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices e taxas oficiais incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não-circulantes. **a.1) Reconhecimento de receita com serviços prestados:** As receitas de serviços referem-se às tarifas cobradas pelo Banco inerentes ao processo de financiamento e são reconhecidas no resultado no momento da entrada da operação e conforme regime de competência. Conforme requerido pela Resolução CMN 3.919/10, todas as tarifas cobradas são divulgadas no site do Banco. **a.2) Reconhecimento de despesas de comissões:** As despesas de comissões referem-se aos pagamentos efetuados aos vendedores e concessionárias pela produção de contratos de financiamento e são reconhecidas por regime de competência no momento da formalização dos respectivos contratos conforme circular nº 3.738/14. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e, quando aplicável, por operações que são utilizadas pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, tais como, aplicações interfinanceiras de liquidez e aplicações em depósitos interfinanceiros, com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa são representados por:

	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	70	237
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 3)	1.106.738	1.058.923

CONTINUAÇÃO

BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.

critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 de Passivos Contingentes, obedecendo aos seguintes critérios: • Contingências ativas - Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • Contingências passivas - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda provável são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação. • Obrigações legais (provisão para contingências) - Referem-se às demandas judiciais por meio das quais estão sendo questionadas a legalidade ou a constitucionalidade de alguns tributos (impostos e contribuições). São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda provável são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação. l) Obrigações fiscais - imposto de renda e contribuição social: As obrigações fiscais para apuração do imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) correntes, quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 20%. Para instituições financeiras, a alíquota de CSLL foi elevada de 20% para 21%, no período compreendido entre 1º de agosto a 31 de dezembro de 2022, nos termos da Lei Ordinária nº 14.446/22. O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo e passivo) são passíveis de registro contábil e são calculados sobre adições e exclusões temporárias. O reconhecimento dos ativos fiscais diferidos e obrigações fiscais diferidas é efetuado pelas alíquotas aplicáveis no período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo, sendo apresentados no não circulante. m) Uso de estimativas contábeis e julgamentos críticos: A elaboração das demonstrações financeiras, requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, superveniência, imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados a valor de mercado. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. n) Resultado não recorrente: Conforme disposto na Resolução BCB nº 02, considera-se resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ao esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banco estabelece através de política interna a definição dos critérios considerados na determinação do resultado não recorrente: • Receitas ou despesas que não tem relação direta com o resultado das operações do Banco e que não tendem a se repetir no futuro. • Receitas ou despesas inesperadas e que não aconteceram em anos anteriores ou que não se espera que aconteçam nos próximos anos, afim de manter a comparabilidade do resultado entre períodos. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os itens não recorrentes referem-se a despesas de doações.

	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Resultado recorrente	68.044	55.416	54.108
Resultado não recorrente	345	373	(14.039)
Lucro Líquido	68.389	55.789	40.069

o) Benefícios a empregados: Trata-se de benefícios concedidos a empregados por meio de planos ou acordos formais, bem como por meio de disposições legais, ou setoriais, os quais exigem com que o Banco contribua por forma de benefícios aos seus empregados. Entre os benefícios estão: i. Benefícios de curto prazo: salários, férias remuneradas, seguridade social, previdência privada, participações nos resultados e bônus e benefícios não monetários como planos de saúde e seguro de vida para os empregados atuais. Os custos dos serviços correntes e dos benefícios de curto prazo são reconhecidos no resultado do período. ii. Benefícios pós-emprego: aposentadoria e outros benefícios como assistência saúde pós-emprego. O Banco avalia como plano de benefício definido, seus benefícios pós-emprego, e seu valor é obtido por meio de cálculos atuariais que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo líquido está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações. O custo do serviço corrente e os juros sobre o benefício definido são reconhecidos no resultado do período e as remensurações do benefício definido, principalmente decorrentes de estimativas atuariais e taxas de desconto, são reconhecidas em outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários. O valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações futuras é calculado anualmente por atuários independentes, os quais determinam a taxa de desconto apropriada para a mensuração destas obrigações. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Banco considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações. As principais premissas para as obrigações baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi reconhecido no resultado uma despesa no montante de R\$ 4.888. III. Normas e pronunciamentos emitidos e aplicáveis em exercícios futuros: A Resolução CMN nº 4.966/2021, e atualizações trazidas pela resolução nº 5.100/2023, estabeleceu os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge). Em conformidade com os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. A Resolução CMN nº 4.975/2021, e atualizações trazidas pela resolução nº 5.101/2023, estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) (06) R2 - Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025.

3. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
As aplicações interfinanceiras de liquidez, com vencimento em 2 de janeiro de 2024 e remuneração de 11,55% a 11,65% (9,05% a 9,15% em 31 de dezembro de 2022), eram as seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações no mercado aberto:		
Posição Bancada:		
Tesouro prefixado - LTN	306.567	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	800.171	1.058.923
Total	1.106.738	1.058.923

4. DERIVATIVOS
O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de atender às necessidades próprias, no sentido de administrar suas exposições globais. O gerenciamento e o acompanhamento desses riscos são efetuados pela área de riscos do Banco através de políticas e estratégias de operação para posições assumidas, consoante as diretrizes estabelecidas pela Administração. A estratégia do Banco é proteger os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado dos empréstimos em moedas estrangeiras, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02, adotando a contabilidade de hedge (*hedge accounting*). A relação entre o instrumento e o objeto de *hedge*, além das políticas e objetivos da gestão de risco, foi documentada no início de cada operação. Também são documentados os testes de efetividade iniciais e prospectivos, ficando evidenciado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor de mercado. As estruturas de *hedge accounting* mantidas pelo Banco em 31 de dezembro de 2023 são classificadas como *hedge* de risco de mercado. Atualmente a carteira de operações *offshore* está exposta a moedas estrangeiras e estas foram convertidas em uma dívida a uma taxa variável local (DI), eliminando assim 100% do risco da variação cambial e ficando exposto às oscilações do mercado local de juros. Essas operações de *Swap*, estão registradas e custodiadas na B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão. Além dos contratos de *swap* designados as estruturas da contabilidade de hedge (*hedge accounting*), o Banco possui operações de *Swap* a fim de manter um percentual mínimo de proteção sobre a carteira de ativos de CDC e Leasing. Esse percentual mínimo é estabelecido pela Matriz TFSIC - Toyota Financial Services International Corporation. Essas operações de *Swap* estão registradas e custodiadas na B3 sem garantia de ambas as partes, ou seja, sem necessidade de depósito de margem. A carteira de derivativos é representada por:

Ativo	31/12/2023		31/12/2022		01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado		
Moeda x CDI (hedge de risco de mercado)	-	-	865.352	36.018	141.760	82.261
CDI x Pré	855.000	17.745	4.460.000	227.681	96.742	245.375
Pré x CDI	500.000	4.815	-	-	(988)	-
Total do ativo	1.355.000	22.560	5.325.352	263.699	237.514	327.636
Passivo						
Moeda x CDI (hedge de risco de mercado)	2.652.868	(243.545)	2.576.535	(232.461)	(622.188)	(619.560)
CDI x Pré	2.360.000	(82.848)	700.000	(4.735)	(193.592)	(145.671)
Total do passivo	5.012.868	(326.393)	3.276.535	(237.196)	(815.780)	(765.231)
Total Geral	6.367.868	(303.833)	8.601.887	26.503	(578.266)	(437.595)

Até	31/12/2023			31/12/2022		
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	Total	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	Total
05/12/2019	-	(44.812)	(44.812)	52.359	(36.622)	15.737
De 03 a 12 meses	10.344	(125.086)	(114.742)	145.798	(46.645)	99.153
De 01 a 03 anos	12.216	(156.495)	(144.279)	65.541	(150.994)	(85.453)
De 03 a 04 anos	-	-	-	1	(2.935)	(2.934)
Total	22.560	(326.393)	(303.833)	263.699	(237.196)	26.503
Circulante	10.344	(169.898)	(159.554)	198.157	(83.267)	114.890
Não circulante	12.216	(156.495)	(144.279)	65.542	(153.929)	(88.387)

Segue abaixo a relação dos *swaps*, designados como instrumentos de *hedge* nas estruturas de *hedge* contábil mantidas pelo Banco, o valor de principal em moeda estrangeira são dos empréstimos contratados que são objetos de *hedge*:

Data da operação	Moeda	Valor Principal em moeda estrangeira		Vencimento	Ajuste a mercado positivo/(negativo) - BRL	
		31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022
05/12/2019	USD	-	20.000	05/12/23	-	(3.159)
26/02/2021	USD	-	30.000	24/02/23	-	(353)
30/03/2021	USD	20.000	20.000	28/03/24	(1.088)	(6.591)
30/03/2021	USD	-	30.000	29/09/23	-	(6.188)
30/03/2021	USD	-	30.000	30/03/23	-	(1.826)
12/07/2021	USD	80.000	120.000	08/07/24	(5.413)	(31.181)
29/09/2021	USD	-	40.000	30/03/23	-	(1.779)
30/11/2021	USD	-	36.000	30/03/23	-	(3.265)
27/12/2021	USD	-	20.000	27/12/23	-	(4.156)
22/02/2022	USD	30.000	30.000	08/07/24	(2.157)	(6.474)
27/04/2022	USD	-	80.000	27/10/23	-	(14.807)
24/05/2022	USD	50.000	50.000	24/05/24	(1.380)	(5.121)
25/05/2022	USD	30.000	30.000	27/05/25	(2.406)	(3.750)
22/07/2022	USD	35.000	35.000	22/07/25	(3.332)	(5.891)
26/07/2022	USD	35.000	35.000	26/01/24	279	(3.040)
21/10/2022	USD	50.000	50.000	22/04/24	396	684
21/03/2023	USD	40.000	-	23/12/24	(30)	-
13/04/2023	USD	40.000	-	13/04/26	2.000	-
13/04/2023	USD	35.000	-	14/11/23	1.106	-
13/04/2023	USD	20.000	-	08/09/26	948	-
Total USD		465.000	656.000		(11.077)	(96.897)
31/01/2023	YEN	6.492.000	-	31/01/25	9.414	-
Total YEN		6.492.000	-		9.414	-

Não há parcela inefetiva relacionada às estruturas de *hedge* contábil. A efetividade apurada para a carteira de *hedge* contábil está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02, onde a designação do instrumento financeiro derivativo tem o objetivo de compensar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa das obrigações por empréstimos no exterior (Nota 9c).

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER E PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

a) Composição da carteira: A composição da carteira de operações de crédito de R\$ 10.222.820 (R\$ 8.730.286 em 31 de dezembro de 2022), arrendamento mercantil de R\$ 2.930 (R\$ 7.646 em 31 de dezembro de 2022), e correspondente provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, distribuída por nível de risco, é composta como segue:

Nível de risco	% provisão mínima	Curso normal	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas (*)	Operações em atraso		Provisão constituída
					Total das operações em atraso	Total das operações	
AA	0,00%	2.314.275	-	-	-	2.314.275	-
A	0,50%	4.165.524	-	-	-	4.165.524	(20.828)
B	1,00%	1.853.015	96.278	6.322	102.600	1.955.615	(19.556)
C	3,00%	1.068.904	122.522	8.988	131.510	1.200.414	(36.013)
D	10,00%	329.704	70.130	8.527	78.657	408.361	(40.836)
E	30,00%	14.411	27.537	4.398	31.935	46.346	(13.904)
F	50,00%	2.844	21.789	4.598	26.387	29.231	(14.615)
G	70,00%	1.887	15.591	3.599	19.190	21.077	(14.754)
H	100,00%	1.515	61.060	22.332	83.392	84.907	(84.907)
Total		9.752.079	414.907	58.764	473.671	10.225.750	(245.413)

(*) inclui parcelas vencidas a partir de 15 dias

Nível de risco	% provisão mínima	Curso normal	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas (*)	Operações em atraso		Provisão constituída
					Total das operações em atraso	Total das operações	
AA	0,00%	1.094.683	-	-	-	1.094.683	-
A	0,50%	3.789.071	-	-	-	3.789.071	(18.945)
B	1,00%	1.901.559	81.637	4.143	85.780	1.987.339	(19.873)
C	3,00%	1.261.453	102.160	5.889	108.049	1.369.502	(41.085)
D	10,00%	304.891	50.108	3.616	53.724	358.615	(35.862)
E	30,00%	8.340	23.960	2.773	26.733	35.073	(10.522)
F	50,00%	1.823	16.831	2.690	19.521	21.344	(10.672)
G	70,00%	985	13.093	2.963	16.056	17.041	(11.929)
H	100,00%	980	48.886	15.398	64.284	65.264	(65.264)
Total		8.363.785	336.675	37.472	374.147	8.737.932	(214.152)

(*) inclui parcelas vencidas a partir de 15 dias

b) Valor presente da carteira de operações de arrendamento mercantil: As operações de arrendamento mercantil são contratadas de acordo com a opção feita pelo arrendatário, com cláusulas de atualização pós-fixada ou com taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato. A garantia dos arrendamentos a receber está suportada pelos próprios bens arrendados. O valor dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores, em atendimento às normas do BACEN, estão resumidos a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Arrendamentos a receber	2.503	6.674
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(2.589)	(6.798)
Bens arrendados	10.414	18.693
Insuficiência/Superveniência de depreciação	440	773
Depreciação acumulada de bens arrendados	(5.675)	(8.138)
Perda em arrendamento a amortizar	2.715	4.471
Amortização acumulada das perdas em arrendamento	(1.635)	(2.577)
Cretores por antecipação de valores residuais	(3.243)	(5.452)
Total	2.930	7.646

c) Concentração dos principais devedores:

	31/12/2023	31/12/2022
	Valor	Valor
10 maiores devedores	258.488	175.523
50 seguintes maiores devedores	618.989	413.863
100 seguintes maiores devedores	394.905	169.448
Demais devedores	8.953.368	7.979.098
Total	10.225.750	8.737.932

d) Composição da carteira de operações de crédito e de arrendamento mercantil por atividade:

	31/12/2023	31/12/2022
Operações de crédito e de arrendamento mercantil:		
Indústria	83.388	65.703
Comércio	1.618.367	1.039.721
Outros serviços	517.197	409.055
Pessoa física	8.006.798	7.223.453
Total	10.225.750	8.737.932

e) Composição da carteira de operações de crédito e de arrendamento mercantil por faixa de vencimento das operações por parcela:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor	%	Valor	%
Curso Normal - A vencer:				
Até 3 meses	1.396.949	13,66%	1.171.833	13,41%
De 3 a 12 meses	3.838.421	37,54%	3.079.240	35,24%
De 1 a 3 anos	3.947.192	38,60%	3.588.116	41,06%
De 3 a 5 anos	568.296	5,56%	523.487	5,99%
Acima de 5 anos	1.221	0,01%	1.109	0,01%
Total	9.752.079	95,37%	8.363.785	95,72%

CONTINUAÇÃO

BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Conglomerado Banco Toyota do Brasil S.A. (Publicação nas Demonstrações Financeiras)
Data-base: 2º semestre 2023
Em atendimento às Resoluções 4.910/2021 e 130/2021, do Conselho Monetário Nacional, após a regular aprovação do Banco Central do Brasil, foi criado e instalado o Comitê Executivo de Auditoria, que abrange as empresas Banco Toyota do Brasil S.A. ("BTB") e Toyota Administradora de Consórcio do Brasil Ltda. ("TAC").
Nos termos do Estatuto Social, o Comitê de Auditoria é composto por 3 (três) membros, os quais encontram-se identificados a seguir: Sr. Luciano Savoldi, Sr. Luiz Roberto Cafarella (membro qualificado), e Sr. Douglas Souza de Oliveira. Ressalte-se que o membro Douglas Souza de Oliveira renunciou ao cargo em 31 de dezembro de 2023 e que, até o momento de emissão deste relatório, não houve a nomeação de outro membro externo do Comitê de Auditoria.
Atuando com independência e em consonância com as disposições do Estatuto Social do Conglomerado Banco Toyota, do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, e da regulamentação aplicável, o Comitê de Auditoria tem como principais atribuições:
• Avaliar a qualidade e efetividade do sistema de controles internos e do gerenciamento de riscos;
• Avaliar a atuação, qualificação e independência da Auditoria Independente e da Auditoria Interna; e
• Revisar as demonstrações financeiras, Notas Explicativas, Relatório da Administração e o Relatório do Auditor Independente.
A Administração é responsável pelas políticas, processos e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações financeiras e pela geração das informações utilizadas em sua elaboração, bem como, pelas políticas, processos e procedimentos de controles internos que assegurem o adequado controle e monitoramento de riscos e a conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.
A Auditoria Independente é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e emissão de opinião sobre a sua adequação, em todos os aspectos relevantes, em relação à posição financeira e patrimonial, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis, bem como, avalia a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.
A Auditoria Interna é parte do sistema de Controles Internos e atua de forma independente na realização de trabalhos de avaliação sobre a qualidade e efetividade dos sistemas e processos de controles internos, de gerenciamento de riscos e de governança corporativa, tendo como principais responsabilidades:
• Gerenciar eficazmente a atividade de Auditoria Interna para assegurar que ela adiciona valor à instituição;
• Estabelecer um Plano Anual de atividades a serem desempenhadas no ano fiscal;
• Criar políticas e procedimentos para orientar suas atividades;
• Recomendar a correção ou aprimoramento de políticas, procedimentos e práticas no âmbito das atribuições dos responsáveis pelos processos avaliados; e

• Contratar equipe de Auditoria especializada, caso os auditores internos não possuam conhecimento e habilidade técnica para realizar todo ou parte de um projeto.
O Comitê possui um efetivo canal de comunicação com os Auditores Independentes para discutir os resultados dos trabalhos e aspectos contábeis relevantes, permitindo a formação de conclusão sobre a apresentação das demonstrações financeiras e sobre as avaliações realizadas.
Dentre as atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no decorrer do semestre findo em 31 de dezembro de 2023, destacam-se:
• Revisão das demonstrações financeiras, incluindo notas explicativas, relatório da Administração e parecer da Auditoria Independente;
• Acompanhamento da efetividade das Auditorias Independente e Interna; e
• Acompanhamento de ações da Administração para atendimento das recomendações de órgãos reguladores e das Auditorias Independente e Interna.
Não chegou ao conhecimento do Comitê de Auditoria a existência e/ou evidência de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade do Banco.
Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu que:
(i) Os sistemas de gestão de riscos e controles internos são compatíveis com a natureza, o porte, a complexidade, a estrutura, o perfil de risco e o modelo de negócio do Banco, não tendo sido detectadas deficiências relevantes que possam impactar sua efetividade;
(ii) Os trabalhos realizados pelas Auditorias Interna e Independente do Banco são satisfatórios, possuem qualidade e transparência; e
(iii) As demonstrações financeiras do Conglomerado Banco Toyota do Brasil S.A. relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2023 encontram-se em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, não havendo divergência entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2024.

Luciano Savoldi
Presidente do Comitê

Luiz Cafarella
(Membro qualificado)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Toyota do Brasil S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Toyota do Brasil S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 2 (II) (e) e 5)</p> <p>A estimativa e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito envolve julgamento por parte da administração. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída levando-se em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando as normas e regulamentares do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente a Resolução CMN nº 2.682/99. Dessa forma, essa área se manteve como foco em nossa auditoria, pois o uso de julgamento na mensuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pode resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.</p>	<p>Nossos procedimento consideraram, entre outros, o entendimento dos processos adotados pela administração relacionados à: (i) concessão de crédito; (ii) operações renegociadas; (iii) atribuição de nível de risco; (iv) reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios auxiliares. Efetuamos também, (i) análise, em base amostral, dos critérios descritos em política e sua consistência com os utilizados pela administração para determinação do risco de crédito das operações; (ii) recálculo da provisão com base na classificação de risco e no atraso das operações; e (iii) teste sobre a totalidade e integridade da base de dados extraída dos sistemas subjacentes que servem de base para a apuração da provisão. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a mensuração e registro contábil da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são consistentes em relação às informações analisadas em nossa auditoria.</p>
<p>Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Notas 2 (II) (d) e 4)</p> <p>A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é uma área que inclui subjetividade, uma vez que depende de técnicas de precificação realizadas com base em modelos internos e que envolvem premissas da administração para valorização desses instrumentos e/ou dados observáveis. Dessa forma, consideramos esta uma área de foco em nossa auditoria, uma vez que o uso de diferentes técnicas de precificação e premissas podem produzir estimativas de valor justo diferentes, bem como devido à relevância dos instrumentos financeiros derivativos no contexto das demonstrações financeiras.</p>	<p>Com o auxílio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros, realizamos entendimento quanto a metodologia de mensuração do valor justo desses instrumentos, e analisamos a razoabilidade das premissas adotadas pela administração, bem como a consistência dessas premissas com as adotadas em exercícios anteriores. Efetuamos, também, (i) teste sobre a totalidade e integridade da base de dados extraídas dos sistemas subjacentes que servem de base para a mensuração do valor justo; e (ii) reperformance independente, em base amostral, dos cálculos de mensuração dos instrumentos financeiros derivativos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos, estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essa controladas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Instituição.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5
Ricardo Barth de Freitas
Contador CRC 1SP235228/O-5

BANCO TOYOTA

Mais do que um banco, um Toyota.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>